

POLÍTICA

Constituinte: Quem está satisfeito?

Mais uma vez o substitutivo do relator Bernardo Cabral obteve o consenso: o de desagradar à maioria dos grupos. Até ontem, ninguém o apoiava na implantação do parlamentarismo pleno em 88 e muito menos no mandato de seis anos para Sarney.

"Foi uma revolução" — afirmou o secretário-geral do PDS, o senador presidencialista Virgílio Távora; "foi o rompimento do acordo", queixou-se o principal coordenador do grupo parlamentarista interpartidário, senador José Richa; "ficou tudo muito mais difícil", admitiu o líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco; "os parlamentaristas foram ludibriados na sua boa-fé", comentou o líder do PFL, deputado José Lourenço.

Estas e outras declarações semelhantes foram provocadas pela surpreendente atitude do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que não levou em consideração o difícil acordo costurado por Richa entre os parlamentares de vários partidos, para adoção plena do sistema parlamentar, somente a partir de março de 1989. O segundo substitutivo propõe o parlamentarismo pleno já a partir de 15 de março do próximo ano — subtraindo poderes de Sarney e dando atribuições de chefe de governo ao primeiro-ministro.

Na noite de sexta-feira, informado de que Cabral não iria aceitar a proposta consensual dos parlamentaristas, o senador Richa irritou-se e discutiu muito com o relator. Vários outros parlamentares que trabalharam no acordo, entre os quais Cid Carvalho, Israel Pinheiro Filho, o líder Luiz Henrique, tentaram, sem êxito, convencer Bernardo Cabral a aceitar a proposta preparada por Richa, Cid Carvalho, Afonso Arinos, Bonifácio de Andrada, Joaquim Beviláqua e outros. A emenda divulgada sexta-feira, no gabinete de Ulysses Guimarães, foi resultado de longas conversas entre parlamentaristas



Richa Virgílio Távora Scalco José Lourenço Cid Carvalho

do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB, dos partidos ideológicos.

"Com um simples gesto, Cabral jogou tudo a perder" — desabafou José Richa, acenando: "Agora todo o mundo vai dar razão ao presidente Sarney — os parlamentaristas são, na realidade, oposição ao governo".

"Eu não deixei de alertar os meus companheiros parlamentaristas do partido. Espero que eles, agora, examinando o novo texto do relator, possam verificar que não haverá período de adaptação do presidencialismo para o parlamentarismo. A adoção do sistema parlamentar será imediata" — afirmou o líder do PFL, José Lourenço.

Destaques
O influente senador José Richa, reunido ontem pela manhã, com Virgílio Távora, desabafou: "Depois da quebra do compromisso do Cabral, será muito difí-

cil conseguir o apoio dos companheiros do PFL, do PDS, do PTB. Ele destruiu o longo e penoso trabalho de composição parlamentarista, entre as diversas correntes do nosso grupo. Só nos resta tentar recolocar as coisas nos seus devidos lugares através de destaques — votação em separado — de emendas, nos debates da comissão de sistematização" — observou Richa.

O líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, parlamentarista por princípio, reconheceu que a atitude do relator vai complicar tudo. "A sua proposta pode agradar aos parlamentaristas, mas todos nós reconhecemos a impossibilidade de sua implantação imediata, sem um período de preparação para a mudança radical de sistema de governo. Tudo ficou difícil por causa disso" — disse Scalco.

rança do PMDB acha que a adoção do parlamentarismo a partir de 15 de março de 1988 provocará conflitos, atropelamentos, impasses, crises.

Líderes do PMDB, apoiando Scalco, lembraram que o senador Richa defendia a adoção plena do parlamentarismo somente a partir de março de 1990. A muito custo o ex-governador do Paraná concordou com a implantação do sistema a partir de 15 de março de 1989. "De repente, Cabral deixa de lado o acordo e propõe o parlamentarismo desde 15 de março de 1988. Será o caos" — queixou-se José Richa.

A posição de Bernardo Cabral está preocupando os parlamentaristas. O relator alegou que decidiu pela adoção do parlamentarismo em março de 88 "porque o Palácio do Planalto não chegou a qualquer acordo com o grupo parlamentarista". Fazendo críticas ao presidente

Sarney, aos que lhe fizeram apelos para aceitar a tese do gradualismo, o relator preferiu reclamar da posição do Planalto a favor do presidencialismo.

A proposta de Bernardo Cabral, considerada "radical" por líderes parlamentaristas, poderá servir de pretexto ao governo, para tentar a aprovação de proposta presidencialista com o fortalecimento do Poder Legislativo.

Nesse sentido, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, tentou demonstrar no sábado à noite — logo após o casamento do filho do jornalista Expedito Quintas com a filha do secretário-geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso Martins de Oliveira — na porta do santuário N. S. da Fátima, em Brasília, que o País ficará ingovernável, se no texto da nova Constituição não ficar bem claro as atribuições do presidente e do primeiro-ministro. Embora presidencialista, o líder aceita debater o parlamentarismo mas não vai aceitar o vácuo que haveria, segundo ele, se promulgada a Constituição que na parte permanente manteria um sistema e nas disposições transitórias, outro.

Sant'Anna conseguiu convencer José Richa que o gradualismo, que o grupo parlamentarista interpartidário vai insistir, deixaria um vácuo institucional. Em 1988, Sarney, como presidente, indicaria o primeiro-ministro, que cuidaria da administração, como ministro-coordenador. O sistema parlamentarista, incluído na parte permanente, só valeria um ano depois. O líder quer saber, se aprovada a emenda gradual, o presidente seria chefe de governo e chefe de Estado, ou apenas chefe de Estado, ficando indefinida a atribuição de chefe de governo.

O PT é presidencialista

O PT vai lutar na Constituinte pela manutenção do presidencialismo. A decisão é do Diretório Nacional do partido, que se reuniu neste final de semana em Brasília. O vice-líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, José Genoíno, (SP), explicou que houve unanimidade dos membros do

diretório quanto a esse ponto. O PT decidiu também que continuará participando da campanha pró-diretas 88. Só depois do comício marcado para o dia 4 de novembro, em São Paulo, o partido fará uma avaliação para, então, decidir se continua ou não no movimento.

E Sarney promete endurecer

Depois da leitura do projeto de Cabral, o presidente ironizou. E mesmo achando o confronto em plenário inevitável, já arma nova estratégia.

Depois de examinar, "ponto por ponto", o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, o presidente José Sarney decidiu ontem lançar todas as cartas para evitar que a Constituinte imponha o regime parlamentarista de governo. Ontem, Sarney reiterou ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, sua convicção no presidencialismo, e dispensou a oferta de Cabral, de governar seis anos com o parlamentarismo instalado em 1988. "Sarney é presidencialista com mandato de cinco anos", afirmou o ministro. "O presidente não vai concordar. Fim dos cinco anos, ele vai renunciar", garantiu o consultor-geral da República, Saulo Ramos, com quem o presidente fez a leitura do projeto de Cabral.

O presidente passou toda a manhã estudando o segundo substitutivo e convidou para almoçar um arroz de cuxá com mussuan (uma espécie de pequena tartaruga) o ministro Costa Couto; o consultor-geral, Saulo Ramos; o genro, Jorge Murad; o assessor de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves e o deputado Albérico Filho (PMDB-MA), de quem é primo. De acordo com Costa Couto, comparando o atual texto com o anterior, Sarney sentiu que existem ainda "muitos desequilíbrios", e irá dedicar-se inteiramente

à estratégia de defesa dos interesses do Executivo na Assembléia.

A partir de hoje, segundo Costa Couto, Sarney fará reuniões com pequenos grupos de ministros, à semelhança de que realizou na semana passada, e abrirá sua agenda para receber mais políticos. O próprio ministro acertou, para ainda hoje, uma conversa do presidente com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que ficará encarregado de fornecer subsídios aos destaques a serem apresentados até amanhã às 17 horas na Comissão de Sistematização.

Confronto
O confronto no plenário da Constituinte, embora considerado inevitável, é uma palavra que, na opinião de Costa Couto, deveria dar lugar ao diálogo. "Só haverá confronto se não for possível, de maneira nenhuma, o entendimento", disse o ministro, para quem, apesar do "desequilíbrio" do projeto, Bernardo Cabral avançou em alguns pontos em que antes havia retrocedido. Costa Couto confirmou, por exemplo, o alívio do governo com o texto relativo ao papel das Forças Armadas, que continuam como guardiãs da segurança interna.

No entender do presidente, o substitutivo apresenta uma série de retrocessos graves, que



atingem os três pilares da democracia: a liberdade individual, o direito de propriedade e a liberdade de imprensa. Além disso, o novo projeto reedita o Colégio Eleitoral.

Conforme contou o consultor-geral, o que mais impressionou o presidente José Sarney foi o capítulo dos direitos e garantias individuais. De acordo com a Constituição vigente, é livre a prestação de informação, independentemente de censura, o que garante a liberdade de imprensa. "No substitutivo, o enunciado não é de direitos e sim de punições", disse ele, explicando que foram retiradas "de forma estudada" a liberdade de convicção política e filosófica e a prestação de informação livre de censura. "A liberdade de imprensa perdeu a categoria de direito constitucional e baixou para ser regulada nos termos da lei", interpretou ao analisar o capítulo das comunicações, onde "uma frase muito enganosa" assegura aos meios de comunicação ampla liberdade nos termos da lei, vedada a censura política e ideológica. "Outro tipo de censura, sobre fatos, espetáculos de arte e descobertas científicas e tecnológicas, por exemplo, podem existir", concluiu.

Caso seja aprovado o substitutivo do relator Bernardo Cabral, ainda conforme Saulo Ramos, "o poder público vai poder avançar sobre a propriedade privada e pagar com títulos, como faz hoje com a propriedade rural para a reforma agrária, que é uma exceção".

O texto do substitutivo afirma que a lei

estabelecerá procedimentos para desapropriação mediante justa indenização. A indenização prévia e em dinheiro vale apenas para imóveis urbanos. A desapropriação, segundo lembrou, sem indenização prévia e em dinheiro, poderá atingir, por exemplo, empresas, ações e marcas e patentes.

Não foi, entretanto, apenas o tempo de mandato — os seis anos já garantidos pela atual Constituição — que espantou o presidente, mas também a reedição do Colégio Eleitoral, incluída no projeto através da previsão de que, na eleição direta, se nenhum candidato obtiver maioria absoluta dos votos, os parlamentares elegerão o presidente da República, em primeiro escrutínio por maioria absoluta e em segundo por maioria simples. É dada na proposta a oportunidade de, se os parlamentares preferirem, fazer novamente a votação popular. Para o consultor, "isso nunca vai acontecer, já que eles poderão eleger seu presidente por maioria simples".

"Estas coisas todas são excesso de representação. A Constituição nasceu na campanha das diretas, imaginada para dar forma constitucional à vontade do povo. Agindo ao contrário, ela entra num caminho muito perigoso, que é da legitimidade", concluiu o consultor.

Um perigo que volta ao plenário: radicalização.

Com a entrega do segundo substitutivo elaborado pelo relator Bernardo Cabral, o "grupo dos 32" reinicia hoje suas reuniões no Instituto Israel Pinheiro, no Lago Sul, para examinar, entre outros temas, a proposta de reforma agrária. Para o secretário-geral do PDS, senador Virgílio Távora, a repetição das normas fixadas no primeiro substitutivo quanto a esse tema "vai acirrar os ânimos dos dois lados". A proposta de Cabral para a criação de novos partidos também gerou polêmica.

"O relator, reproduzindo no novo substitutivo a mesma proposta anterior da reforma agrária, está fazendo, na prática, um convite à radicalização." O "grupo dos 32", afirmou Távora, "faz uma proposta razoável, que não foi levada em consideração. Está muito difícil. Cabral não resistiu às pressões das últimas 24 horas".

Constituição fixar normas especiais de criação de partido político", reagiu o secretário-geral do PDS.

Essa providência poderá ser adotada nos seis meses posteriores à promulgação da nova Constituição, bastando que 30 parlamentares solicitem o registro ao TSE juntando ao requerimento o manifesto, o estatuto e o programa devidamente assinados pelos requerentes. Com o registro provisório, o novo partido terá todos os direitos, deveres e prerrogativas dos atuais, inclusive o de participar sob legenda própria das eleições que vierem a ser realizadas nos doze meses seguintes à sua formação.

Para o ex-líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga, dissidente do partido em Minas, a medida "é democrática e atende a uma realidade nacional". Pimenta acha que com a nova Constituição haverá necessidade de reacomodação partidária. Pimenta da Veiga acredita que não será fácil a criação de mais de um partido com pelo menos 30 parlamentares, o que impediria, observou, a pulverização de legendas.

Nada muda
E na muda guerra de bastidores travada a nível de Constituinte entre governadores e militares do Exército, ganharam os últi-

mos: as Polícias Militares continuam sendo reserva e forças auxiliares do Exército no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral. Ou seja, volta tudo a ser como antes e o texto do substitutivo anterior — que colocava as PMs apenas sob o domínio dos governadores — fica arquivado.

Apesar das tentativas de retirar do Exército os poderes supremos sobre as PMs, os governadores terão reservado apenas o direito de terem essas corporações subordinadas para pagamento e atividades operacionais quando o Exército delas não tiver necessidade.

E depois de muito influir na Constituinte, os empresários começam a se organizar para participar mais ativamente da vida política do País. Em princípio, a idéia tem o apoio da UDR, Secovi, Clubes de Diretores Lojistas, pequenas e médias empresas e associações comerciais.

O substitutivo do relator Bernardo Cabral tem muitas qualidades, mas nas condições em que foi feito, com todas pressões, realmente não poderia ter saído bom — faltou um esboço inicial. Mesmo assim, ao optar pelo parlamentarismo, ele eliminou o espectro da crise, comentou ontem o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, um parlamentarista convicto.

Ele acha, entretanto, que o parlamentarismo deverá sofrer uma etapa de transição de dois anos: "Não pode de maneira alguma ser adotado imediatamente". Assinalou que a atual confusão de presidencialistas e parlamentaristas pode



ARINOS Prevendo a vitória parlamentarista por 40 votos

trazer problemas para o País, mas garante que o presidente Sarney já está conformado com a idéia do parlamentarismo, "que deve vencer em plenário com pelo menos 40 votos de diferença". Para ele, o texto atual de Bernardo Cabral é melhor que os outros, afirmam.

do também que os presidencialistas já sabem que vão perder. "Agora será apenas questão de contornar os problemas e arestas nas disposições transitórias e de adaptar o Executivo e os governos estaduais para o parlamentarismo", explicou. O senador disse que já conversou ontem sobre isso com o deputado Israel Pinheiro Filho e o senador José Richa.